



**ACORDO DE COOPERAÇÃO
ACADÊMICA INTERNACIONAL
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
LAVRAS (UFLA) E
UNIVERSIDAD DE TOLIMA, NA
FORMA ABAIXO:**

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Diretor de Relações Internacionais, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nomeado pela Portaria nº 373, de 14/05/2024, no uso do poder a ele delegado através da Portaria nº 287 de 11/04/2022 e, de outro lado, a **UNIVERSIDAD DE TOLIMA**, com sede na cidade de Ibagué, Tolima, Colombia, no Barrio Santa Helena Parte Alta, doravante denominada **UT**, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **OMAR A. MEJIA PATIÑO**, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA INTERNACIONAL**, que será regido, no que couber, pela Lei nº 14.133/21, pelas demais normas legais pertinentes à matéria, e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de promover o intercâmbio de discentes, de caráter amplo, em nível de graduação e de pós-graduação, e o intercâmbio de docentes pesquisadores e técnicos administrativos, entre a **UFLA** e a **UT**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – No intuito de alcançar o objeto de que trata o *caput* da presente cláusula, as partícipes cumprirão o Plano de Trabalho (Anexo I deste Instrumento) elaborado de acordo com a legislação vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Para os fins do presente Acordo, entender-se-á por instituição anfitriã a partícipe que receber discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos para intercâmbio dentro do escopo do presente Instrumento; e por instituição de origem a partícipe da qual o discente, docente, pesquisador ou técnico administrativo, participante do programa de intercâmbio, fizer parte.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

As partícipes concordam em promover intercâmbios entre discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos das respectivas instituições, oportunidade em que estes cumprirão as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I deste Instrumento).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– As partícipes, enquanto instituição anfitriã, deverão enviar ao órgão apropriado da instituição de origem, ao final da estada do discente, documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– A partícipes se comprometem a promover a integração dos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos na vida acadêmica da instituição anfitriã, bem como a prover apoio, por meio de suas respectivas Diretorias de Relações Internacionais, incluindo auxílio na procura de moradia, orientação e apoio acadêmico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO INTERCÂMBIO DE DISCENTES

Os discentes serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios dessa instituição, e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– Os discentes pagarão todas as taxas de matrícula e mensalidade na sua instituição de origem, não sendo cobradas taxas, de qualquer ordem, na instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– O pagamento de qualquer outra atividade que não seja um curso regular oferecido pela instituição anfitriã será de responsabilidade do próprio discente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os discentes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem e à alimentação, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por outros gastos com subsistência.

Parágrafo único - Dentro das disposições orçamentárias de cada instituição, a hospedagem e a alimentação poderão ser ofertadas pela instituição de destino de forma recíproca, detalhadas em Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA QUARTA– Os discentes deverão submeter-se aos regulamentos e demais procedimentos acadêmicos da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA QUINTA – O número de estudantes incluídos no programa de intercâmbio será definido anualmente.



SUBCLÁUSULA SEXTA- É vedado o intercâmbio aos estudantes de graduação da UFLA que:

- a) Não tenham concluído, pelo menos, 10% da carga horária total de sua matriz curricular;
- b) Estiverem em estágio curricular obrigatório; e
- c) Estiverem matriculados no último semestre letivo, quando este significar o cumprimento do tempo máximo de integralização.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA - Anualmente, as partícipes definirão os aspectos do intercâmbio, tais como áreas, cursos, períodos acadêmicos, entre outros, por meio de Plano de Trabalho específico.

SUBCLÁUSULA OITAVA - Os discentes deverão possuir um seguro saúde com cobertura ampla, válido pelo período de estudos no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação desse seguro será dos próprios discentes.

SUBCLÁUSULA NONA - Os discentes deverão ter o visto apropriado, válido pelo período de estudos no país anfitrião.

SUBCLÁUSULA DÉCIMA - As partícipes, enquanto instituição de origem, reconhecerão os resultados acadêmicos obtidos pelo discente na instituição anfitriã, com base em plano de trabalho previamente acordado entre as partícipes e em seus créditos e/ou carga horária.

CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE DOCENTES, PESQUISADORES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos interessados em participar do intercâmbio de que trata a presente Cláusula serão selecionados na sua instituição de origem, de acordo com os critérios por ela estabelecidos e observando as exigências e especialidades da instituição anfitriã.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA– O intercâmbio de docentes, pesquisadores e técnicos administrativos será realizado em conformidade com o disposto no Plano de Trabalho específico, anexo ao presente Instrumento, definido de comum acordo entre as partícipes, contendo as atividades, os períodos, o financiamento, a coordenação, entre outros aspectos.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos participantes serão responsáveis pelo pagamento dos aluguéis e taxas referentes à sua hospedagem, bem como serão responsáveis por suas despesas de viagens e por seus gastos com subsistência, a menos que esses gastos estejam incluídos em bolsa concedida nos termos da legislação vigente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA– Os docentes, pesquisadores e técnicos administrativos deverão possuir seguro-saúde com cobertura ampla, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião. A responsabilidade pela contratação do seguro será de cada um.



SUBCLÁUSULA QUARTA– Os professores, pesquisadores e técnicos administrativos devem possuir visto apropriado, válido pelo período de sua estadia no país anfitrião.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A instituição anfitriã não assumirá responsabilidade civil, judicial ou extrajudicial em relação a nenhum evento danoso que possam sofrer os discentes, docentes pesquisadores e/ou técnicos administrativos, que participem dos programas de intercâmbio, sejam esses delitos, contravenções, acidentes ou enfermidades de qualquer natureza.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A responsabilidade civil prevista como resultado de delitos ou fatos danosos ou culposos que possam ser cometidos por servidores ou funcionários da instituição anfitriã, não será alcançada pela exclusão de responsabilidade prevista no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO

No âmbito da **UFLA**, a supervisão e coordenação executiva/administrativa do intercâmbio de discentes da graduação caberá à Diretoria de Relações Internacionais e a coordenação acadêmica caberá a um docente da **UFLA**, especificamente designado. No âmbito da **UT**, a coordenação do intercâmbio de discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos caberá a um docente da instituição especificamente designado.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito do presente Acordo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Todos os dados pessoais serão processados em total conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), legislação brasileira que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos



fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Instrumento não implica compromissos financeiros entre as partes. O pagamento dos custos inerentes às atividades eventualmente acordadas correrá por conta de cada uma das partes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma parte à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECIPROCIDADE

Cada parte oferecerá aos discentes, docentes, pesquisadores e técnicos administrativos que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a formalização de um instrumento jurídico específico pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique a outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constitui motivo para a rescisão deste Acordo de Cooperação Internacional o inadimplemento de quaisquer das cláusulas aqui pactuadas.

Rubrica
FHM

Inicial
QAMP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
Telefone: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partícipes, podendo ser firmados, se necessário, termos aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir as dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. As partes acordam que o direito aplicável e o foro competente serão aqueles do lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, de seu cumprimento.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma via na língua portuguesa e uma em língua espanhola, para os mesmos efeitos legais.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, 11/13/2024

p/ UT
Ibague, Colombia, 3/11/2025

DocuSigned by:

093D1C90C1B7433...

Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Diretor de Relações Internacionais

Firmado por:

EA5096A71ACF45D...

Omar A. Mejia Patiño
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
DIRETORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI
Telefone: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

ANEXO I – ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PLANO DE TRABALHO

I – DADOS CADASTRAIS

1. TÍTULO

Acordo de Cooperação Internacional entre a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidad de Tolima (UT).

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

- | | |
|--|--|
| ☒ Pesquisa | ☐ Inovação Tecnológica |
| ☐ Extensão | ☐ Extensão Tecnológica |
| ☒ Ensino | ☐ Desenvolvimento Institucional |

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DO ACORDO

5 anos.

4. ÓRGÃO EXECUTOR NA UFLA

Diretoria de Relações Internacionais (DRI) - UFLA.
Oficina de Relaciones Internacionales (ORI) - UT.

5. MARCO JURÍDICO

Legislação brasileira: Lei nº 14.133/2021.

6. PARCEIROS

6.1. CELEBRANTE 1

1. Tipo de participação Partícipe		2. Razão Social UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Campus Universitário, s/n			4. Registro 22.078.679/0001-74
5. Cidade/Estado Lavras/MG	6. País Brasil	7. Código Postal 37.200-900	8. Telefone (35) 3829-1858
9. Nome do representante legal Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		10. Cargo Diretor de Relações Internacionais	

6.2. CELEBRANTE 2

1. Tipo de participação Partícipe		2. Razão Social UNIVERSIDAD DE TOLIMA	
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro) Bairro Santa Helena Parte Alta			
4. Cidade/Estado Ibague, Tolima	5. País Colômbia	6. Telefone 277 12 12	
7. Nome do representante legal Omar A, Mejia Patiño		8. Cargo Reitor	

II – DESCRIÇÃO

7. OBJETIVO

Estabelecimento de uma parceria internacional para a mobilidade de estudantes, professores e técnicos administrativos entre a UFLA e a UT com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa em áreas de interesse mútuo entre os participantes.



8. METODOLOGIA

Será determinado anualmente o número de vagas para mobilidade durante o período do acordo geral. As instituições concordam que esse número será dividido em cada semestre de acordo com o interesse dos discentes, docentes e técnicos administrativos, bem como das instituições. O intercâmbio dependerá da indicação prévia da instituição de origem e da aprovação da instituição anfitriã, que posteriormente fornecerá ao aluno uma carta de aceite para fins de visto.

9. JUSTIFICATIVA

O presente Plano de Trabalho, referente ao Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional firmado entre a UFLA e a UT justifica-se na medida em que alcança a pluralidade de significados atribuídos ao "interesse público", consagrado nos julgados do Superior Tribunal de Justiça, como o interesse pessoal de um ou de um grupo de indivíduos enquanto "partícipes de uma coletividade maior na qual estão inseridos".

No caso, refere-se ao interesse de toda a comunidade acadêmica da UFLA, que se beneficia do intercâmbio entre os parceiros e do fortalecimento dos laços entre eles. A dimensão do interesse público vinculado ao interesse estatal da Administração Pública também é contemplada nessa proposta que converge com o interesse da UFLA, como autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, de aprimorar sua política de internacionalização, tema de extrema relevância na agenda de desenvolvimento e posicionamento do Brasil no cenário global.

De fato, essa proposta está em consonância com os cinco eixos do Programa de Internacionalização da UFLA, lançado em 2023, tais como: (i) desenvolver um ambiente educacional multilíngue; (ii) ampliar a cooperação internacional da instituição; (iii) estimular a produção científica e tecnológica internacionalizada; (iv) alinhar as rotinas e os processos de gestão aos praticados internacionalmente e, por fim, (v) aumentar a visibilidade e o reconhecimento internacional da Universidade.

Por fim, destaca-se também a interpretação do interesse público relacionado à garantia dos direitos fundamentais, inclusive os sociais. Sob essa perspectiva, o Acordo proposto é relevante, pois afeta interesses relacionados à educação (direitos sociais consagrados no artigo 6º (sexto) da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), facilitando iniciativas de treinamento e produção de conhecimento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoção de mobilidades entre a UFLA e a UT a fim de enviar e receber discentes, docentes e técnicos administrativos de diversas áreas de estudo e de pesquisas conjuntas que resultem no aprimoramento das habilidades intelectuais e técnicas dos discentes. Aumento da internacionalização da UFLA por meio de: (i) mobilidades acadêmicas; (ii) formação de profissionais capacitados internacionalmente em virtude da realização de intercâmbio e (iii) contribuição com o programa Brother UFLA por parte dos discentes egressos das mobilidades.

III – COORDENAÇÃO

11. COORDENADORES

Função	Nome		
Coordenador	Fabiano Numpaque Joya		
Instituição	Cargo/Função	Meta(s) de que participará	
UT	Diretor de Relações Internacionais	I-V	



IV – CRONOGRAMA

12. DESCRIÇÃO DAS METAS

ETAPA/FASE	META	ATIVIDADES	DURAÇÃO	
			INÍCIO	TÉRMINO
I	Estabelecimento do número de mobilidades para o semestre.	Contato entre as instituições para definir número de vagas e condições das mobilidades, bem como período de nomeação e requisitos.	Ano 1	Ano 2
II	Execução das mobilidades	Realização das inscrições, processo de nomeação e fornecimento de instruções aos selecionados.	Ano 1	Ano 2
III	Atividades de cooperação em pesquisas conjuntas	Contato entre as universidades para definição de áreas comuns de interesse para pesquisa conjunta.	Ano 1	Ano 2
IV	Novos ciclos de mobilidade	Novo contato para o estabelecimento das próximas mobilidades.	Ano 2	Ano 5
V	Informe e análise das mobilidades	As universidades avaliarão os resultados das mobilidades e a continuidade da cooperação.	Ano 4	Ano 5

V – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR PELA UFLA

13. DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Nome Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		Assinatura DocuSigned by: 093D1C90C1B7433...
Cargo Diretor de Relações Internacionais	Data 11/13/2024	

VI – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR PELA UT

14. DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins de direito, que o presente Plano de Trabalho foi apreciado e aprovado por mim.

Nome Fabiano Numpaque Joya		Assinatura Signed by: DD91E0FB9AC24B3...
Cargo Diretor de Relações Internacionais	Data 2/11/2025	



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

**ACUERDO DE COOPERACIÓN
ACADÉMICA INTERNACIONAL
QUE FIRMAN ENTRE SÍ LA
UNIVERSIDAD FEDERAL DE
LAVRAS Y LA UNIVERSIDAD DE
TOLIMA COMO SIGUE:**

Por el presente Instrumento y en la mejor forma de la ley, por una parte, la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley nº 8.956, del 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Minas Gerais, Brasil en el Campus Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 22.078.679/0001-74, en adelante denominada **UFLA**, representada en este acto por su Director de Relaciones Internacionales, **FLÁVIO HENRIQUE VASCONCELOS DE MEDEIROS**, nombrado por la Ordenanza nº 373, de 14/05/2024, en el uso de la competencia que le fue otorgada por la Ordenanza nº 287, de 11/04/2022 y, por otro lado, la **UNIVERSIDAD DE TOLIMA**, con sede en la ciudad de Ibagué, Tolima, Colombia, en el Barrio Santa Helena Parte Alta, en adelante denominada **UT**, representada por el Rector, Sr. **OMAR A. MEJIA PATIÑO**, resuelven celebrar este **ACUERDO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL**, el cual se regirá por la Ley nº 14.133/21, por las demás normas jurídicas relativas a la materia, y en las cláusulas y condiciones que se exponen a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA - OBJETO

El presente Acuerdo tiene por objeto el establecimiento de una alianza internacional con el objetivo de promover el intercambio de estudiantes, de carácter amplio, a nivel de grado y posgrado, y el intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos, entre la **UFLA** y la **UT**

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Con el fin de lograr el objetivo de que trata el encabezado de esta cláusula, las participantes cumplirán con el Plan de Trabajo (Anexo I del presente instrumento) elaborado de conformidad con la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Para los efectos del presente Acuerdo, se entenderá por institución receptora la participante que reciba a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos para intercambio en el ámbito de este Instrumento; y por institución de origen la participante de la cual el estudiante, profesor, investigador o técnico administrativo, es participante en el programa de intercambio.

Rubrica

Inicial



CLÁUSULA SEGUNDA - OBLIGACIONES

Las participantes acuerdan promover intercambios entre los estudiantes, profesores investigadores y técnicos administrativos de las respectivas instituciones, oportunidad en la que aquellos cumplirán las actividades establecidas en el Plan de Trabajo (Anexo I del presente instrumento).

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Las participantes, como institución receptora, deberán enviar a la oficina correspondiente de la institución de origen, al final de la estancia del estudiante, un documento oficial, especificando las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, en su caso.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA- Las participantes se comprometen a fomentar la integración de los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos en la vida académica de la institución receptora, así como a prestar apoyo, a través de sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales, incluida la asistencia en la búsqueda por vivienda, orientación y apoyo académico.

CLÁUSULA TERCERA - INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES

Los estudiantes serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios de esa institución, observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - Los estudiantes pagarán todas las tasas de matrícula y la mensualidad en su institución de origen y no se cobrarán tasas, de cualquier orden, en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - El pago de cualquier otra actividad que no sea de un curso regular ofrecido por la institución receptora será de responsabilidad del propio estudiante.

SUB-CLÁUSULA TERCERA- Los estudiantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento, alimentación y transporte, así como serán responsables por sus gastos de viaje y otros gastos de subsistencia.

Parágrafo único - Dentro de las disposiciones presupuestarias de cada institución, el hospedaje y la alimentación podrán ser ofrecidos por la institución de destino de forma recíproca, detalladas en Plan de Trabajo específico.



SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los estudiantes deben someterse a los reglamentos y otros procedimientos académicos existentes en la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA QUINTA – El número de alumnos incluidos en el programa de intercambio se definirá anualmente.

SUBCLÁUSULA SEXTA - Está prohibido el intercambio a los estudiantes de graduación de la UFLA que:

- a) no hayan concluido al menos el 10% de la carga horaria total de su matriz curricular;
- b) se encuentren en una fase de pasantía obligatoria; y
- c) Estén matriculados en el último semestre lectivo, cuando éste signifique el cumplimiento del tiempo máximo de integralización.

SUB-CLÁUSULA SÉPTIMA - A cada año, las participantes definirán los aspectos del intercambio, tales como las áreas, cursos, períodos académicos, entre otros, a través de un Plan de Trabajo específico.

SUB-CLÁUSULA OCTAVA - Los estudiantes deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida por el periodo de estudios en el país de acogida. La responsabilidad de contratar ese seguro será de los propios estudiantes.

SUB-CLÁUSULA NOVENA - Los estudiantes deberán tener el correspondiente visado válido por el período de estudios en el país de acogida.

SUB-CLÁUSULA DÉCIMA - Las participantes, como institución de origen, reconocerán los logros académicos obtenidos por los estudiantes en la institución receptora, basado en plan de trabajo acordado previamente entre las participantes y en sus créditos y/o carga horaria.

CLÁUSULA CUARTA - INTERCAMBIO DE PROFESORES, INVESTIGADORES Y TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Los profesores, investigadores y técnicos administrativos interesados en participar en el intercambio regulado por la presente Cláusula serán seleccionados en su institución de origen, de conformidad con los criterios establecidos por la misma y observando los requisitos y especialidades de la institución receptora.

SUB-CLÁUSULA PRIMERA - El intercambio de profesores, investigadores y técnicos administrativos se llevará a cabo de conformidad con lo dispuesto en el Plan de Trabajo específico, adjunto al presente Instrumento, definido de común acuerdo entre las participantes, conteniendo las actividades, los periodos, la financiación, la coordinación, entre otros aspectos.



SUB-CLÁUSULA SEGUNDA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos participantes serán responsables por el pago de los arrendamientos y tasas relacionados con su alojamiento y serán responsables por sus gastos de viaje y por sus gastos de subsistencia, a menos que estos gastos estén incluidos en la beca concedida en virtud de la legislación vigente.

SUB-CLÁUSULA TERCERA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener un seguro de salud con cobertura completa y válida durante el periodo de su estancia en el país de acogida. La responsabilidad por la contratación del seguro será de los propios profesores, investigadores y técnicos administrativos.

SUB-CLÁUSULA CUARTA - Los profesores, investigadores y técnicos administrativos deberán tener el correspondiente visado válido por la duración de su estancia en el país de acogida.

CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDAD CIVIL

La institución receptora no asumirá la responsabilidad civil, judicial o extrajudicial con relación a cualquier evento dañoso que pueda afectar a los estudiantes, profesores investigadores y/o técnicos administrativos que participen en los programas de intercambio, sean estos delitos, infracciones, accidentes o enfermedades de cualquier tipo.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA - La responsabilidad civil prevista como consecuencia de delitos o de hechos dañosos o culposos que puedan ser cometidos por funcionarios o empleados de la institución receptora, no será alcanzada por la exclusión de la responsabilidad establecida en el *encabezado* de esta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA - SUPERVISIÓN

Las participantes designarán a sus respectivos Directorios de Relaciones Internacionales como supervisores de las actividades resultantes de este Instrumento.

CLÁUSULA SÉPTIMA - COORDINACIÓN

Dentro del ámbito de la **UFLA**, la coordinación ejecutiva y administrativa del intercambio de estudiantes de graduación estará a cargo del Directorio de Relaciones Internacionales y la coordinación académica estará a cargo de un



docente de la **UFLA** específicamente designado. Dentro del ámbito de la **UT**, la coordinación del intercambio de estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos estará a cargo de un docente de la institución especialmente designado.

CLÁUSULA OCTAVA - PROPIEDAD INTELECTUAL

Cualquier invención, mejora o innovación tecnológica, la obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de las acciones desarrolladas en virtud del presente Acuerdo estarán sujetos a instrumento específico, respetando, en todo caso, las disposiciones legales aplicables.

CLÁUSULA NOVENA - PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES

Todos los datos personales serán tratados en pleno cumplimiento de la Ley n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Ley General de Protección de Datos Personales), legislación brasileña que prevé el tratamiento de datos personales, incluso en medios digitales, por personas físicas o jurídicas de derecho público o privado, con el objetivo de proteger los derechos fundamentales de libertad y privacidad y el libre desarrollo de la personalidad de las personas físicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECURSOS FINANCIEROS

Este instrumento no implica compromisos financieros entre las participantes. El pago de los costos inherentes a las actividades eventualmente acordadas estará a cargo de cada una de las participantes.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA- Está prohibida la indemnización de una participante a la otra, así como la transferencia de fondos entre sí.

CLÁUSULA DÉCIMOPRIMERA - RECIPROCIDAD

Cada participante proporcionará a los estudiantes, profesores, investigadores y técnicos administrativos que la visiten, un tratamiento similar al dispensado a los suyos, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y el reconocimiento de los estudios realizados en otra institución dentro de los límites de la ley vigente en ambos países.



CLÁUSULA DÉCIMO SEGUNDA - PLAZO

El plazo de vigencia de este Instrumento es de 5 años, a partir de la fecha de su última firma y podrá prorrogarse, si existe interés público, con antelación de un mínimo de treinta (30) días de la fecha de vencimiento, mediante un término de adición.

CLÁUSULA DÉCIMO TERCERA - MODIFICACIONES

El presente Acuerdo podrá ser modificado, excepto en cuanto a su objeto, mediante la formalización de un instrumento jurídico específico por las participantes.

CLÁUSULA DÉCIMO CUARTA - TERMINACIÓN

Cualquiera de las participantes podrá terminar este Instrumento a cualquier momento e independientemente de una causa justa, bajo la condición de que comunique a la otra o parte su intención con por lo menos sesenta (60) días, y cumpla con los beneficios o ventajas obtenidos anteriormente y asuma las responsabilidades de las obligaciones durante su respectiva duración.

CLÁUSULA DÉCIMO QUINTA - RESCISIÓN

Constituye causa de rescisión del presente Acuerdo de Cooperación Internacional el incumplimiento de cualquiera de los términos acordados aquí.

CLÁUSULA DÉCIMO SEXTA - CASOS OMISOS

Los casos omisos serán resueltos de común acuerdo entre las participantes, y podrán ser firmados, en su caso, los términos adicionales que serán parte integrante del presente Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMO SÉPTIMA - RESOLUCIÓN DE LITIGIOS

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada. No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias

Rubrica
FHM

Inicial
BAMP



UNIVERSIDAD FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

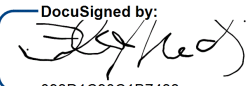
Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

con base en la legislación de ambos países involucrados. Las partes acuerdan que la ley aplicable y el tribunal competente serán los del lugar donde se haya originado el litigio o, si existe una obligación que cumplir, el de su cumplimiento.

Y por lo tanto, ser justos y acordes, las participantes firman el presente instrumento en dos (2) copias de idéntico contenido y forma, una en portugués y una en español, para los mismos efectos legales.

p/ UFLA
Lavras, Brasil, 11/13/2024

p/UT
Ibague, Colombia, 3/11/2025

DocuSigned by:

093D1C90C1B7433...

Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros
Director de Relaciones Internacionales

Firmado por:

EA5096A71ACF45D...

Omar A. Mejía Patiño
Rector



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
 OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI
 Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

ANEXO I – ACUERDO DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL

PLAN DE TRABAJO

I – DATOS DE REGISTRO

1. TÍTULO

Acuerdo de Cooperación Internacional entre la Universidade Federal de Lavras (UFLA) y la Universidad de Tolima (UT).

2. ÁREA DE COBERTURA

☒ Investigación

☐ Innovación Tecnológica

☐ Extensión

☐ Extensión Tecnológica

☒ Enseñanza

☐ Desarrollo Institucional

3. PLAZO REQUERIDO PARA EJECUTAR EL ACUERDO

5 años.

4. ÓRGANOS EJECUTORES

Oficina de Relaciones Internacionales (DRI) - UFLA.

Oficina de Relaciones Internacionales (ORI) - UT.

5. MARCO JURÍDICO

Legislación brasileña: Ley nº 14.133/2021.

6. PARTES DEL ACUERDO

6.1. CELEBRANTE 1

1. Tipo de participación

Participante

2. Razón Social

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

3. Dirección (av., calle, nº, barrio)

Campus Universitário, s/n

4. Registro Federal

22.078.679/0001-74

5. Ciudad/Estado

Lavras/MG

6. País

Brasil

7. Código Postal

37.200-900

8. Teléfono

(35) 3829-1858

9. Nombre del representante legal

Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros

10. Posición

Director de Relaciones Internacionales

6.2. CELEBRANTE 2

1. Tipo de participación

Participante

2. Razón Social

UNIVERSIDAD DE TOLIMA

3. Dirección (av., calle, nº, barrio)

Barrio Santa Helena Parte Alta

4. Ciudad/Estado

Ibague, Tolima

5. País

Colombia

6. Teléfono

277 12 12

7. Nombre del representante legal

Omar A. Mejía Patiño

8. Cargo

Rector

II – DESCRIPCIÓN

7. OBJETIVO GENERAL

Establecimiento de una alianza internacional para movilidad de estudiantes, profesores y técnicos administrativos entre la UFLA y la UT, a fin de desarrollar actividades relacionadas a la enseñanza, investigación y extensión en áreas de interés mutuo entre las participantes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELACIONES INTERNACIONALES - DRI

Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

8. METODOLOGÍA

Se determinará anualmente el número de vacantes por movilidad durante el período del convenio general. Las instituciones acuerdan que este número se dividirá en cada semestre de acuerdo con el interés de los estudiantes, profesores y técnicos administrativos, así como de las instituciones. El intercambio dependerá de la indicación previa de la institución de origen y la aprobación de la institución de acogida, que posteriormente proporcionará al estudiante una carta de aceptación a efectos de visado.

9. JUSTIFICACIÓN

Este Plan de Trabajo, relativo al Acuerdo de Cooperación Académica Internacional suscrito entre la UFLA y la UT se justifica en la medida en que alcanza la pluralidad de significados asignados al "interés público", consagrada en las sentencias del Tribunal Superior de Justicia, como el interés personal de uno o un grupo de individuos como "participantes en una colectividad más grande en la que están insertos".

En este caso, se refiere al interés de toda la comunidad académica de la UFLA, beneficiada por el intercambio entre los socios y el fortalecimiento de los lazos entre ellos. La dimensión del interés público ligado al interés estatal de la Administración Pública también está contemplada en esta propuesta que converge con el interés de la UFLA, como municipio especial miembro de la Administración Indirecta de la Unión, de mejorar su política de internacionalización, un tema de extrema relevancia en la agenda de desarrollo y posicionamiento de Brasil en el escenario global.

De hecho, esta propuesta está en línea con los cinco ejes del Programa de Internacionalización de la UFLA lanzado en 2023, tales como: (i) desarrollar un entorno educativo multilingüe; (ii) ampliar la cooperación internacional de la institución; (iii) estimular la producción científica y tecnológica internacionalizada; (iv) alinear las rutinas y procesos de gestión con los practicados internacionalmente y, finalmente, (v) aumentar la visibilidad y el reconocimiento internacional de la Universidad.

Finalmente, se destaca asimismo la interpretación del interés público relacionado a la garantía de los derechos fundamentales, entre los cuales están los derechos sociales. El Acuerdo propuesto es, a partir de esa perspectiva, relevante, una vez que afecta intereses relacionados con la educación (derechos sociales consagrados en el artículo sexto (6) de la Constitución de la República Federativa de Brasil de 1988), facilitando iniciativas de formación y producción de conocimiento.

10. RESULTADOS ESPERADOS

Promoción de movilidades entre la UFLA y la UT a fin de enviar y recibir estudiantes, profesores y técnicos administrativos de los más diversos campos de estudio e investigación, para que resulte en la mejora de sus habilidades intelectuales y técnicas de los estudiantes. Ampliación de la internacionalización de la UFLA por medio de: (i) movilidades académicas; (ii) formación de profesionales capacitados internacionalmente en virtud de la realización del intercambio y (iii) contribución con el programa "Brother UFLA" por parte de los estudiantes egresados de las movilidades.

III – EQUIPO

11. MIEMBROS PREDEFINIDOS

Función	Nombre	
Coordinador	Fabiano Numpaque Joya	
Institución	Posición	Objetivo(s) en que participará
UT	Director Relaciones Internacionales	I-V



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA
OFICINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DRI

Fono: (35) 3829-1858 - E-mail: dri@ufla.br

IV – CRONOGRAMA

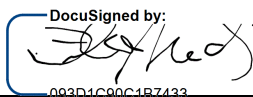
12. DESCRIÇÃO DE LOS OBJETIVOS

ETAPA/FASE	META	ATIVIDADES	DURACIÓN	
			INÍCIO	TÉRMINO
I	Definición del número de movilidades en el semestre.	Contacto entre las instituciones para establecer el número de vacantes y condiciones de la movilidad, como periodo de nombramiento y requisitos.	Año 1	Año 2
II	Ejecución de las movilidades	Realización de las inscripciones, procesos de nombramiento e oferta de instrucciones a los seleccionados.	Año 1	Año 2
III	Actividades de cooperación en investigación conjunta	Contacto entre las universidades para definición de áreas comunes de interés para investigación conjunta.	Año 1	Año 2
IV	Nuevos ciclos de movilidades	Nuevo contacto para el establecimiento de las próximas movilidades	Año 2	Año 5
V	Informe y análisis de las movilidades	Las universidades evaluarán los resultados de las movilidades y la continuación de la cooperación.	Año 4	Año 5

V – DECLARACIÓN DEL COORDINADOR DE LA UFLA

13. DECLARACIÓN

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

Nombre Flávio Henrique Vasconcelos de Medeiros		Firma  DocuSigned by: 003D1C90C1B7433...
Posición Director de Relaciones Internacionales	Fecha 11/13/2024	

VI – DECLARACIÓN DEL COORDINADOR DE LA UT

14. DECLARACIÓN

Declaro, para los debidos fines de derecho, que el presente Plan de Trabajo ha sido apreciado y aprobado por mi.

Nombre Fabiano Numpaque Joya		Firma  Signed by: DD91E0FB9AC24B3...
Posición/Cargo Director de Relaciones Internacionales	Fecha 2/11/2025	